

**SELEÇÃO PÚBLICA DE BOLSISTAS PARA ATUAÇÃO NOS PROJETOS E AÇÕES  
PEDAGÓGICAS DA FUNDAÇÃO CECIERJ E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA  
EDITAL EXT-CECIERJ 003/2019 – PROGRAMA TEC RJ**

Prova para o perfil – P17

CPF

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

PERFIL

NOTA (campo exclusivo da Fundação Cecierj)

1) Em relação à responsabilidade por vício do produto e do serviço, analise as seguintes assertivas.

- I. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor.
- II. Não sendo o vício sanado no prazo máximo de 15 (quinze) dias, pode o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha, a substituição do produto, a restituição imediata da quantia paga ou o abatimento proporcional do preço.
- III. Os fornecedores de serviços respondem pelos vícios de qualidade que os tornem impróprios ao consumo, mas que não lhes diminuam o valor.
- IV. A falta de conhecimento do fornecedor sobre o vício de qualidade por inadequação dos produtos e serviços não o exime de responsabilidade.

A opção correta é:

- (A) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- (B) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- (C) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- (D) Apenas a assertiva III está correta.

2) Leia as seguintes situações: (i) Uma loja de departamento anuncia no jornal do bairro que qualquer peça do estoque tem preço de R\$ 19,99, mas não esclarece que se trata do valor da parcela, e não da peça toda; (ii) Uma academia de ginástica, em um anúncio pela internet, afirma que quem não frequentar suas dependências continuará sendo “gordo” e “pelancudo” e terá dificuldade em arrumar emprego pela aparência.

Assinale a alternativa que demonstra corretamente como se classificam os anúncios.

- (A) O item (i) se trata de publicidade enganosa comissiva.
- (B) O item (ii) se trata de publicidade enganosa por omissão.
- (C) Os itens (i) e (ii) são publicidades abusivas.
- (D) O item (i) traz caso de publicidade enganosa por omissão.

3) Em um compromisso de compra e venda de bem imóvel celebrado entre uma construtora e seus clientes, consta no contrato que o preço será pago por meio de financiamento a ser quitado em 120 prestações, e a falta de pagamento de quaisquer delas, desde que constituído em mora o comprador, implicará sua rescisão com a perda, em benefício do vendedor, do total das prestações anteriormente pagas.

Após o pagamento de 6 parcelas (do total de 120), Carlos e Lídia deixaram de pagar as prestações, alegando atraso na entrega da obra e a impossibilidade de proceder ao registro do contrato no Cartório de Registro de Imóveis. O vendedor (construtora) ajuizou ação de rescisão contratual cumulada com reintegração de posse, pelo inadimplemento do comprador, vindicando a perda de todas as parcelas pagas, a título de indenização pelo uso do imóvel durante tal período.

Referente à situação exposta, considere as seguintes assertivas:

- I. É anulável a cláusula que estabelece a perda de todas as parcelas ante a falta de pagamento de quaisquer delas.
- II. Não é possível pleitear a rescisão contratual juntamente com a reintegração de posse, pois a discussão refere-se ao direito de propriedade.
- III. A rescisão do contrato jamais se mostrará possível em razão do atraso na entrega da obra.
- IV. O juiz poderá decretar a perda parcial das prestações pagas.

Está correto o que consta apenas de

- (A) IV.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II, III e IV.

4) A ideia de que os serviços essenciais prestados pelo Estado ou por suas concessionárias ou permissionárias devem ser fornecidos de forma contínua, como prevê o Art. 22 do Código de Defesa do Consumidor, gerou muita controvérsia quanto às hipóteses de cabimento do corte em seu fornecimento. Nessa linha, a jurisprudência sistematizada do STJ consolidou-se no sentido de que é

- (A) ilegítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando a inadimplência do usuário decorrer de débitos pretéritos, uma vez que a interrupção pressupõe o inadimplemento de conta regular, relativa ao mês do consumo.
- (B) legítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais por débitos de usuário anterior, em razão da natureza impessoal da dívida.
- (C) ilegítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações, ainda que precedido de notificação.
- (D) ilegítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando inadimplente pessoa jurídica de direito público.

5) Sobre o aval e a fiança mercantil, é correto afirmar que

- (A) aval e fiança são garantias pessoais equivalentes; tanto em uma como em outra o garantidor assume a obrigação de adimplir a obrigação garantida (avalizada ou afiançada) em caso de inadimplemento do devedor principal.
- (B) avalista e fiador fazem jus ao benefício de ordem, embora em ambos os casos tal benefício possa ser renunciado.
- (C) a invalidade da obrigação original compromete como regra a validade da fiança, mas não a validade do aval.
- (D) tanto os direitos conferidos pelo aval como os direitos conferidos pela fiança podem ser transferidos indistintamente pela cessão do crédito ou pelo seu endosso.

- 6) Sobre a administração das sociedades em crise, é correto afirmar:
- (A) Durante o procedimento de recuperação judicial ou após a decretação de falência, os acionistas controladores mantêm-se no controle da sociedade devedora até o cumprimento do plano de recuperação ou até a liquidação dos seus ativos e, como regra, podem manter os administradores nomeados na forma dos seus atos societários, observada a fiscalização do Comitê de Credores, se houver, e do administrador judicial.
  - (B) O requerimento, pela sociedade devedora, da homologação em juízo de plano de recuperação extrajudicial não exige, por si só, alterações à sua administração, exceto pela nomeação de administrador judicial para fiscalizar o cumprimento do plano homologado.
  - (C) A sociedade devedora poderá manter seus próprios administradores na recuperação extrajudicial; no caso de deferimento do processamento de recuperação judicial ou de decretação de falência, os administradores da sociedade devedora deverão ser removidos, passando a sociedade, a partir de então, a ser representada pelo administrador judicial, sob fiscalização do Comitê de Credores e do Juízo, conforme o caso.
  - (D) Os administradores nomeados pela sociedade devedora em recuperação judicial e mantidos na condução da atividade empresarial poderão ser afastados se qualquer deles, dentre outras condutas, houver agido com dolo, simulação ou fraude contra os interesses de seus credores ou negar-se a prestar informações solicitadas pelo administrador judicial ou pelo Comitê de Credores.
- 7) Na alienação ordinária de bens ocorrida no processo falimentar, observa-se que
- (A) O sócio da sociedade falida pode arrematar bens no processo falimentar, e os referidos bens estarão livres de quaisquer ônus, não ocorrendo sucessão tributária e trabalhista.
  - (B) A presença do “parquet” é dispensável em qualquer modalidade de venda de bens na falência.
  - (C) Empregados do devedor contratados pelo arrematante serão admitidos mediante novos contratos de trabalho, e o arrematante não responde por obrigações decorrentes do contrato anterior.
  - (D) O objeto da alienação estará livre de qualquer ônus e haverá sucessão do arrematante nas obrigações do devedor, inclusive as de natureza tributária, as derivadas da legislação do trabalho e as decorrentes de acidentes do trabalho.
- 8) O endosso é o ato típico de transmissão dos títulos de crédito, dentre eles a letra de câmbio. A respeito do endosso, prevê o Anexo I do Decreto nº 57.663/66:
- (A) É admitido o endosso parcial.
  - (B) O endossante poderá inserir cláusula que subordine o endosso ao cumprimento de uma condição.
  - (C) A partir do endosso, o endossante sempre responderá pelo aceite e pelo pagamento do título, inevitavelmente.
  - (D) O endosso posterior ao vencimento produz os mesmos efeitos que o anterior.
- 9) A respeito da finalidade e do processamento do protesto, assinale a opção correta.
- (A) O protesto de um título tem por finalidade básica provar publicamente o atraso do devedor e resguardar o direito de crédito do credor.
  - (B) O título parcialmente pago e vencido não pode ser protestado pelo saldo remanescente.
  - (C) A retenção do título ou do documento de dívida, bem como a dilatação do prazo para protesto a pedido das partes, fica a critério do tabelião.
  - (D) O protesto de título ou de outros documentos de dívida emitidos fora do Brasil e em moeda estrangeira não pode ser realizado, mesmo que acompanhado de tradução juramentada.

10) Em relação ao registro e ao nome empresarial, dispõe o Código Civil:

- (A) O ato sujeito a registro, ressalvadas disposições especiais da lei, não pode, antes do cumprimento das respectivas formalidades, ser oposto a terceiro, salvo prova de que este o conhecia.
- (B) O registro dos atos sujeitos à formalidade exigida para o empresário e para as sociedades simples e empresárias será requerido pelo sócio com poderes de gestão e, no caso de omissão ou demora, por qualquer um dos sócios, sendo que os documentos necessários ao registro deverão ser apresentados no prazo de vinte dias, contado da lavratura dos atos respectivos.
- (C) Para fins de registro, cumpre à autoridade competente, a qualquer tempo, verificar a autenticidade e a legitimidade do signatário do requerimento, bem como fiscalizar a observância das prescrições legais concernentes ao ato ou aos documentos apresentados, obrigando-se a comunicar no prazo de 30 dias ao representante do Ministério Público eventuais indícios de fraudes detectadas.
- (D) É vedada a utilização de firma na sociedade anônima e na sociedade em comandita por ações, que obrigatoriamente deverão adotar denominação designativa do objeto social, aditada da expressão “sociedade anônima” e “comandita por ações”, por extenso ou abreviadamente.

Gabarito - P17 – Direito Empresarial e do Consumidor - (ID1, TD e TP2)

Questão 1	A
Questão 2	D
Questão3	A
Questão 4	A
Questão 5	C
Questão 6	D
Questão 7	C
Questão 8	D
Questão 9	A
Questão 10	A